

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007831-43.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Planos de Saúde**
 Requerente: **Marcelo Modolo**
 Requerido: **Qualicorp Administradora de Benefícios S/A e outro**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Processo nº: 1007831-43.2017**VISTOS.**

MARCELO MODOLO propôs a presente **AÇÃO DE NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL C.C OBRIGAÇÃO DE FAZER C.C PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA** em face de **QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA E UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO-FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS**.

Em síntese, alega o autor que possui plano de saúde coletivo por adesão com a segunda requerida e gerido pela primeira requerida. Foi surpreendido com a informação de reajuste anual de **34,90%** no valor das mensalidades a ser implantado a partir de mês de agosto do ano de 2017. Tal reajuste foi estipulado de forma unilateral é abusivo e não condiz com o que determina a ANS. Requereu o deferimento da tutela de urgência, a fim de ver afastado o reajuste de 34,90%, mediante substituição pelo reajuste autorizado pela ANS de **13,55%**. No mais, roga a procedência da ação para ver declarada abusiva a cláusula contratual que possibilita o reajuste superior ao autorizado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pela ANS devendo ser observados doravante os índices estabelecidos pela Agência Reguladora. Juntou documentos às fls. 08/31.

Deferido o pedido de liminar (fls. 32/34).

Devidamente citada Unimed do Estado de São Paulo-Federação Estadual das Cooperativas Médicas apresentou sua contestação às fls. 43/84, alegando preliminarmente ilegitimidade passiva, pois afirma não ser responsável ou possuir autorização para modificar os índices de reajuste e que a responsabilidade por cobranças e reajustes é exclusiva da primeira requerida. No mérito afirma que o autor aceitou livremente as condições contratuais do plano coletivo, devendo este ser mantido. Pugna pela legalidade do reajuste, alega que o aumento esta em consonância com as normas legais e a regulamentação da ANS, afirma ainda que nos planos coletivos o índice é pactuado livremente, não podendo ser regulado pela ANS que apenas acompanha o aumento dos preços. No mais, pugnou pela impossibilidade de inversão do ônus da prova, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação. Juntou documentos às fls.85/220.

Devidamente citada Qualicorp Administradora de Benefícios S/A apresentou sua contestação às fls. 221/238, alegando a legalidade do reajuste; o atendimento as regras estipuladas aos planos coletivos por adesão; atendimento a previsão contratual e a periodicidade definida; alega ainda que o ajuste requerido pelo autor não é aplicável ao seu plano e que este aceitou livremente as condições contratuais. No mais, afirma que nos planos coletivos o índice de reajuste é pactuado livremente, não sendo regulados pela ANS que apenas acompanha o aumento dos preços, pugnou pela impossibilidade de inversão do ônus da prova, e pediu a improcedência da ação. Juntou documentos às



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

fls.239/247.

Sobreveio réplica às fls. 262/263.

Instados a produzir provas, requeridas e requerente manifestaram desinteresse (fls. 272/273, 317/318 e 325).

É o RELATÓRIO.

DECIDO antecipadamente, por entender que a matéria é exclusivamente de direito e já se encontra em condições de ser equacionada com a prova até aqui amealhada.

Inicialmente cumpre reconhecer que as duas demandadas devem permanecer integrando o pólo passivo, uma como administradora do benefício e a outra como operadora do Plano de Saúde.

As duas empresas atuam perante a Associação dos Delegados de Polícia, como parceiros, e como tal, **integram a cadeia de consumo.**

Cada uma realiza etapa diversa, mas integrante do serviço considerado globalmente.

No mérito.

O autor aderiu a um “contrato em grupo” de serviços de saúde, celebrado entre a QUALICORP e UNIMED do Estado de São Paulo de um lado e a Associação dos Delegados de Polícia de outro.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O autor se apresentou/aderiu a avença por ser sócio, vinculado a ADPESP.

Trata-se, assim, de uma avença coletiva, por adesão, com início em setembro de 2015.

Mesmo que exista no contrato permissivo para o denominado reajuste por sinistralidade, a majoração de **34,86%** aplicada ao pacto em discussão, a partir de agosto e outubro de 2017, me parece sem justificativa clara e plausível, e assim, pode ser considerado **abusiva**.

As rés não discriminaram, como lhes cabia, os índices a serem aplicados e os custos dos serviços de assistência médica, o que impossibilita a aferição dos parâmetros reais utilizados para que tivessem chegado àquele percentual, é certo lançado na singela notificação premonitória. Se limitaram a sustentar o percentual com base em “relatório de sinistralidade”, documento que não comprova minimamente o que alegaram.

O contrato em comento contém disposição obscura e potestativa, colocando os segurados em posição de extrema desvantagem.

O reajuste foi estabelecido à mingua de pormenores de custo *versus* insuficiência da parcela paga.

Simplesmente apresentar cálculos à parte segurada e exigir a majoração dos prêmios, a meu ver, não basta. Torna-se indispensável que se comprove a materialização dos sinistros, isto é, dos custos com a prestação dos serviços de assistência. Isso porque não são minimamente apresentados ao maior interessado, no caso, o autor, os detalhes mais importantes dos cálculos, com a sua devida participação.

Cláusulas que permitam a alteração unilateral da equação econômica do negócio jurídico são inadmissíveis.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Não bastasse isso, as rés não cumpriram com o dever de informação correlato a sua atividade; não informaram de modo preciso e compreensível, no caso concreto, quais os reais custos que conduziram ao reajuste nos percentuais aplicados.

Não há, pois, como deixar de reconhecer a violação ao dever à boa-fé objetiva que deve nortear qualquer relação contratual.

Assim como estamos diante de um reajuste não justificado, unilateral e fruto unicamente de alegado aumento de sinistralidade, é de rigor a proclamação de sua abusividade.

...

Este Juízo não desconhece que nos contratos coletivos é livre a negociação pelas partes, **inexistindo limite de aumento pela ANS.**

Ocorre que como definiu o Ministro Luis Felipe Salomão, em julgado de 10/03/09 “(...) *a operadora do plano de saúde está obrigada ao cumprimento de uma boa-fé qualificada, ou seja, de uma boa fé que pressupõe os deveres da informação, cooperação e cuidado com o consumidor/segurado*”. (REsp 418572/SP, 4ª Turma, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe 30/03/2009)

E isso não ocorreu.

Sem a prova cabal da sinistralidade, as rés somente poderão realizar os reajustes anuais tendo por base os índices divulgados pela ANS e por faixa etária na forma estabelecida em contrato.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pleito inicial, confirmando a antecipação da tutela, para DECLARAR ABUSIVO O REAJUSTE PRETENDIDO PELAS RÉS, que deverá manter as mensalidades nas mesmas condições e valores, desde a mensalidade vencida em 01/08/2017, ressalvados os reajustes de acordo com os parâmetros legais, determinados pela ANS.

No mais, fica rechaçado o pedido constante de fls. 07, “3”, uma vez no caso os reajustes por sinistralidade são contratual e legalmente possíveis na hipótese, todavia, condicionados aos ditames expostos (nesse sentido APELAÇÃO 0016850-88 e APELAÇÃO 1007963-53, , ambas da Sétima Câmara de Direito Privado do TJSP).

Sucumbentes, arcarão as requeridas com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 1.000,00, para cada uma.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 31 de janeiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**